PROJETO DE LEI Nº , DE 2012
(Do Deputado Toninho Pinheiro)

Altera a Lei 11.445/07 e a Lei 11.947/09 para vedar a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução de atividades de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e preparo e fornecimento da alimentação escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 8º

Parágrafo único. É vedada a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.” (NR).

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 6º

.....
§ 2º É vedada a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução dos serviços públicos de preparo e fornecimento da alimentação escolar.” (NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como divulgado pela imprensa nos últimos meses, a prestação de serviços relativos à coleta de lixo e merenda escolar têm sido alvo frequente de corrupção com a participação de empresas de grande porte, em várias regiões do país, bem como com a conivência do Poder Público local.

O superfaturamento dos serviços prestados e o pagamento de propinas para vencer os processos licitatórios de concessão dos referidos serviços oneram os preços e levam a Administração Pública e, conseqüentemente, a sociedade, a pagar um valor absurdo por serviços que poderiam custar a metade, ou às vezes menos, se executados diretamente pelo Poder Público.

Um levantamento rápido dos orçamentos de diversos Municípios brasileiros, comparando os que executam os serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos e de preparo e fornecimento da alimentação escolar diretamente com aqueles que o fazem por meio de contratação de empresas de prestação de serviços, a chamada terceirização, e levando em conta, logicamente, o tamanho desses Municípios, mostra que a discrepância de custos é assustadora, muitas vezes em cidades vizinhas, de um mesmo Estado.

Diante de tal situação, resolvemos propor as presentes alterações, na Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445/07) e na Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/09), vedando a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros para execução de atividades de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos, assim como de preparo e fornecimento da alimentação escolar.

Desta forma, esperamos contribuir para a economia de recursos públicos e também no combate à corrupção, mal que se alastra cada vez mais no âmbito da Administração Pública, em todas as esferas de governo.

Contamos, portanto, com o apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional para obter aprovação de nossa proposta legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado TONINHO PINHEIRO